



verve







verve

Revista Semestral do Nu-Sol — Núcleo de Sociabilidade Libertária
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP

22

2012





VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP.
Nº22 (Outubro 2012). São Paulo: o Programa, 2012 - semestral

1. Ciências Humanas - Periódicos. 2. Anarquismo. 3. Abolicionismo Penal.

I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais.

ISSN 1676-9090

VERVE é uma publicação do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP (coordenadores: Sílvia Helena Simões Borelli e Edison Nunes); indexada no Portal de Revistas Eletrônicas da PUC-SP, no Portal de Periódicos Capes e catalogada na Library of Congress, dos Estados Unidos.

Editoria

Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária.

Nu-Sol

Acácio Augusto, Aline Passos, Anamaria Salles, Andre Degenszajn, Beatriz Scigliano Carneiro, Edson Passetti (coordenador), Eliane Knorr de Carvalho, Flávia Lucchesi, Gustavo Ferreira Simões, Gustavo Ramus, Leandro Alberto de Paiva Siqueira, Lúcia Soares da Silva, Luíza Uehara, Maria Cecília Oliveira, Mayara de Martini Cabeleira, Rogério H. Z. Nascimento, Saete Oliveira, Sofia Osório, Thiago M. S. Rodrigues.

Conselho Editorial

Alfredo Veiga-Neto (UFRGS), Cecília Coimbra (UFF e Grupo Tortura Nunca Mais/RJ), Christina Lopreato (UFU), Clovis N. Kassick (UFSC), Doris Accioly (USP), Guilherme Castelo Branco (UFRJ), Heliana de Barros Conde Rodrigues (UERJ), Margareth Rago (Unicamp), Rogério H. Z. Nascimento (UFPB), Silvana Tótora (PUC-SP).

Conselho Consultivo


Christian Ferrer (Universidade de Buenos Aires), Dorothea V. Passetti (PUC-SP), Heleusa F. Câmara (UESB), João da Mata (SOMA), José Carlos Morel (Centro de Cultura Social – CSS/SP), José Eduardo Azevedo (Unip), José Maria Carvalho Ferreira (Universidade Técnica de Lisboa), Maria Lúcia Karam, Nelson Méndez (Universidade de Caracas), Pietro Ferrua (CIRA – Centre Internationale de Recherches sur l' Anarchisme), Robson Achiamé (Editor), Silvio Gallo (Unicamp), Stéfanis Caiaffo (Unifesp), Vera Malaguti Batista (Instituto Carioca de Criminologia).

ISSN 1676-9090






verve



revista de atitudes. transita por limiares e instantes arruinadores de hierarquias. nela, não há dono, chefe, senhor, contador ou programador. verve é parte de uma associação livre formada por pessoas diferentes na igualdade. amigos. vive por si, para uns. instala-se numa universidade que alimenta o fogo da liberdade. verve é uma labareda que lambe corpos, gestos, movimentos e fluxos, como ardentia. ela agita liberações. atíça-me!



verve é uma revista semestral do nu-sol que estuda, pesquisa, publica, edita, grava e faz anarquias e abolicionismo penal.





sumário

- 13 Dossiê St. Imier
Nu-Sol, Néelson Méndez, I.F.A.
- 65 Rigorosamente de negro: situação da morte no discurso e nas
práticas do anarquismo argentino (1890-1910)
Martín Albornoz
- 99 Cartografias intelectuais: políticas do pensamento social
Rogério Nascimento
- 119 Anarquismo e crime
Benjamin Tucker
- 131 Sociedade de controle e modulação dos programas televisivos
femininos
Lúcia Soares
- 150 Roberto Bolaño e Roberto Freire: literatura e resistência na
América do Sul
Gustavo Simões
- 169 saúde!
Gustavo Ramus & Luíza Uehara

resenhas

- 203 Das muitas maneiras de se lutar contra as prisões e o regime
das penas
Acácio Augusto
- 208 Existir potente
João da Mata





verve

Rigorosamente de negro...

rigorosamente de negro situação da morte no discurso e nas práticas do anarquismo argentino (1890-1910)

martín albornoz

Introdução

No dia 25 de janeiro de 1909, suicidou-se em Buenos Aires o conhecido dirigente portuário anarquista Esteban Almada. A notícia da sua morte, fruto de uma “paixão amorosa” motivada pelo suicídio de sua companheira Luisa Matasari, encheu de penar o movimento libertário local. A crônica do seu enterro, publicada no principal veículo de propaganda libertária, o *La Protesta*, ocupou um lugar de destaque na primeira página, incluindo fotografias do cadáver de Almada e de sua companheira, algo completamente incomum nas notas necrológicas que, como se verá, abundavam na imprensa anarquista desde o final do século XIX. Segundo o cronista, o enterro “permitiu ontem que uma vez mais o anarquismo se manifestasse

Martín Albornoz é graduado em História e doutorando na Universidade de Buenos Aires. Bolsista do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET/Argentina) e pesquisador do Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), da Universidade de San Martín.

verve, 22: 65-98, 2012

65



entusiasta e solidário, pronto sempre a propagar com a ação e a palavra, movendo os costumes rotineiros com as concepções novas da vida e da morte”.

A crônica ressaltava o modo como os anarquistas resignificavam o que consideravam “práticas rançosas”, para despertar nas consciências “vias desconhecidas” de emancipação e liberdade. Mencionou-se uma série de referências de forte carga simbólica: uma carroça sem cruz, uma manifestação – que, se de fato era de dor – também era um protesto contra a ordem social, os discursos dos companheiros junto do caixão. Para os anarquistas, o enterro de uma camarada era um ato político que introduzia uma ruptura em relação aos rituais funerários da burguesia. Uma vez, no cemitério da Chacarita, em Buenos Aires, foram entoadas as estrofes do hino “Filhos do Povo” que, em pleno cemitério “retumbavam como um insulto violento aos causadores de tantas e tantas mortes prematuras”. Por sua vez, com relação a outros enterros que aconteciam na mesma necrópole, o cronista afirma, como contraste, que “os acompanhantes dos outros mortos, que em carros luxuosos carregados com essas coras que são o emblema da vaidade dos endinheirados, olhavam estupefatos nos seus companheiros que seguiam cantando junto ao pobre ataúde que levava o cadáver de Almada”¹.

Além da glorificação de sua memória, a morte de Almada trazia um problema de significado singular para os anarquistas, já que o companheiro exemplar não havia morrido em consequência da violência imediata do Estado, algo a que estavam acostumados. Ao contrário, Almada decidiu acabar com sua vida por razões íntimas. Isso não foi obstáculo para que, de todo modo, os anarquistas atribuíssem o



Rigorosamente de negro...

peso de sua morte a uma vontade estranha à sua identidade anarquista e a seu universo de significados.

Um dia antes do enterro, o propagandista libertário Eduardo Gilimón refletiu, a propósito do caso Almada, sobre as notícias necrológicas, que desprezava por estabelecer hierarquias entre os mortos. Não obstante, quando deu-se esse caso, viu-se na obrigação de fazer o mesmo: “alguns mortos escapam a esta minha resistência à necrologia jornalística. São os mortos que caem tragicamente, destroçados pela prepotência capitalista, ou dilacerados por esse meio carregado de atavismo e preconceitos”. Em qual dessas situações se inscreveria o suicídio de Almada? Evidentemente não se tratava de uma vítima direta da violência capitalista. Como caracterizar, então, a “paixão amorosa” que desencadeou a tragédia? O que faz com que um trabalhador inteligente, instruído e coerente decida acabar com sua valiosa vida para o movimento? A resposta encontrada por Gilimón é conclusiva: “O que aconteceu no cérebro de Almada diante do cadáver de sua amada? A razão turvou-se e sobre as ideias adquiridas sobreveio o sentimento, a força impulsiva, irresistível de paixão amorosa que subjuga e avassala até a cegueira, impedindo o funcionamento das demais faculdades intelectuais”. Nesse ponto, o suicídio se assemelhava de maneira notável às determinações sociais que nublavam o verdadeiro sentido da vida, que se resumia na luta contra a opressão e a construção do comunismo anárquico. De alguma maneira, Almada tinha sido vítima do mundo que combatia, “do ambiente”, convertendo-se em “outra vítima do amor passional!”, como também poderia ter sido de uma doença ou da exploração.²



A crônica e a nota necrológica acima interessam porque resumem várias questões fundamentais para pensar as relações do anarquismo com a morte e as formas de processá-la em Buenos Aires, na passagem do século XIX para o século XX. Quando do suicídio de Almada, o anarquismo predominava na Argentina, competindo com o socialismo parlamentar no cenário do protesto social, com modos próprios de mobilização, de ocupação do espaço público, de interpelação aos trabalhadores, com uma importante rede de publicações e círculos de sociabilidade que excediam, em parte, o mero conflito das relações de trabalho. Dentre as formas de manifestar o mal-estar dos “oprimidos”, as “manifestações sinistras” – como denominavam os cortejos fúnebres – ocuparam um lugar importante nas suas práticas militantes, conferindo ao fato de morrer uma conotação fortemente política. Como explicita o caso de Almada, junto às práticas rituais, o anarquismo produziu uma sensibilidade peculiar diante da morte, que se, em certo sentido, era devedora do clima da época – como o positivismo, a sociologia e a antirreligiosidade –, também despontava como uma vontade de praticar uma propaganda voltada a transformar seu presente num sentido revolucionário.

A morte foi compreendida, no discurso propagandístico, como uma característica central do sistema, o que permitiu aos anarquistas reunir numa mesma matriz explicativa uma enorme quantidade de modos de morrer que iam desde o leito do hospital até uma manifestação, atravessando e moldando as relações de dominação e exploração, incluindo o suicídio.



Rigorosamente de negro...

A morte como totalidade

No que diz respeito às reflexões dos anarquistas sobre a morte, assim como em muitos outros temas, o anarquismo argentino não inovou muito em comparação ao que se havia pensado na Europa das décadas finais do século XIX. A morte como tal, fosse por causa violenta ou por doença, foi interpretada como um elemento intrínseco ao sistema capitalista, colocado como sua causa primordial e quase única explicação. Para os anarquistas, a preocupação com as formas de morrer, na grande maioria dos casos, esteve sempre relacionada às condições de exploração e higiene, à fragilidade da vida dos proletários, à repressão policial e às prisões. Os espaços de trabalho – fábricas, campos, minas ou selvas –, as cidades, a moradia dos trabalhadores, os quartéis, as prisões, os hospitais, as igrejas, e até o casamento, foram narrados e entendidos como mortuários ou espaço de morte em vida. Em larga medida, a propaganda e a literatura anarquista, em tom de “melodrama político”, inscreveu-se numa forma narrativa que atribuía ao capitalismo todo peso do funerário e do negador da vida. Assim, de modo marcadamente maniqueísta, operárias extenuadas com pencas de filhos famintos, mendigos congelados, trabalhadores anêmicos violados em sua dignidade, sífilíticos, tuberculosos, e anciãs obscurecidas pelo pensamento religioso, compunham um mesmo quadro crepuscular, que somente poderia ser alterado pela ação e pela palavra luminosa do militante anarquista, pelo cataclismo revolucionário e pela ação massiva e irrefreável da solidariedade. Outro modo de entender a morte teria significado para os anarquistas uma concessão ao obscurantismo religioso ou à mera especulação abstrata.



O discurso anarquista reuniu, então, em uma só causa, as múltiplas formas de morrer, e voltou grande parte de sua ação política e cultural à sua denúncia, numa perspectiva de marcada indignação moral. A morte foi explicada e condenada sempre na qualidade de uma *situação*. Daniel Colson afirma que, para o anarquismo, a morte é situada e sintomática de uma ordem opressora. Até mesmo os casos em que se morre como consequência de rebelião, coletiva ou individual, as razões que compreendem a morte continuam estáveis: “A morte anarquista é sempre, justamente, uma morte em situação, em um momento e em relações de violência dadas, quando a afirmação da vida e a constituição de uma vida mais poderosa exigem rebelar-se e recompôr essas relações de outra maneira”³.

Em sua significação política, a morte e, com ela, a violência – atributos inerentes à organização estatal e capitalista das relações e interrelações sociais – não eram entendidas como uma realidade autônoma, privilegiada ou fundadora, sendo sempre um resultado determinado pelas circunstâncias. Matar ou morrer era entendido como algo socialmente explicado pelo sistema burguês injusto, inclusive nos momentos, muito frequentes na Europa na passagem entre os séculos XIX e XX, nos quais os anarquistas recorreram ao assassinato e ao terrorismo. Essa “externalização” da morte com relação ao seu próprio projeto trazia em si, no discurso anarquista, uma afirmação da vida que nem mesmo diante da situação mais dramática poderia se perder como horizonte orientador da conduta humana. A morte carecia de positividade quando morrer era uma esperável consequência do espírito de rebelião e da ação revolucionária.



Rigorosamente de negro...

Nesse sentido, quando as pessoas escolhessem morrer pelas próprias mãos, a morte também seria determinada e compreendida dentro da regularidade da “situação”. O caso de Almada é um claro exemplo. No plano mais geral, o artigo intitulado “O suicídio”, publicado no *La Protesta Humana*, de Buenos Aires, após tratar de modo pungente casos emblemáticos de suicídio – a abandonada mãe de muitos filhos que se asfixia junto com sua prole numa casa miserável, o banqueiro falido que salta de um edifício, a bela garota com “mal de amor” que se envenena, o exausto operário que apenas se deixa morrer – afirmou: “A causa que determina esses atos é muito mais profunda e o mal que ocasiona não se cura com palavras, nem com a promessa de castigos maiores depois da morte. É a miséria, é o despotismo e a má educação que são os sintomas dessa doença. É a fome o que leva o proletário ao suicídio; é pela falta de pão e demais meios de vida que tantos homens, mulheres e velhos decidem retirar-se de um meio social; de modo premeditado e reflexivo, cansam-se de viver padecendo, vendo como outros gozam e dilapidam aquilo que, se bem distribuído, não seria causa nem de miséria de alguns, nem de soberba e vaidade de outros”⁴.

Redundante, por conta das determinações sociais, o suicídio, em sua abrangência e por seu caráter policlassista, explicava a presença ubíqua da morte em toda sociedade. Não existia grande diferença entre morrer por vontade própria, morrer de tuberculose, morrer por um acidente de trabalho ou morrer pelas balas policiais. A explicação do problema social do suicídio era tão genérica, em termos individuais, como a solução que se propunha para erradicá-lo.



Segundo o mencionado artigo, seria necessário eliminar a sede por riquezas, a ânsia de mandar, a moeda, o governo e o monopólio das terras, das casas e das fábricas. Seria preciso ensinar a prática da liberdade, da tolerância, do amor, da fraternidade, do apoio mútuo entre jovens e o cosmopolitismo. Havia que desprezar a educação patriótica, a embrutecedora religião e a lei, e educar-se em química, astronomia, física e história natural. Organizada assim a sociedade, os suicídios deixariam de fazer sentido e a morte ficaria independente de sua marca social. Os anarquistas, compreendendo desse modo a morte e suas diversas formas, conceberam a totalidade da história como um grande relato unitário e propuseram em seu presente uma espécie de estado de “luto permanente” que apenas poderia ser interrompido com o advento da anarquia entendida como a harmonia perfeita. Em termos de subjetividade política e de propaganda, compreende-se a obsessão que tiveram, muito cedo, no contexto da esquerda argentina, de elaborar uma série de práticas de rememoração dos mortos.

Isso se vincula especificamente com a “função memorial” da propaganda anarquista. Marc Angenot afirma que a propaganda socialista e anarquista “enquanto interpreta a conjuntura, é um conservatório memorial, um martirológico” que organiza a vida militante em datas que concentram, por sua significação profunda, o sentido do ato de recordar e enaltecer os mortos. As datas-chaves desse doloroso calendário, na Argentina, foram o 1º de maio, concebido como dia universal de contrição e luta; o 11 de novembro, dia no qual foram enforcados os mártires de Chicago; e o aniversário da Comuna de Paris de 1871. Ao lado dessas fortes referências, os anarquistas argentinos



Rigorosamente de negro...

intercalaram na sua imprensa seus próprios “nomes” de vítimas da luta contra a opressão. Nas palavras de Angenot, essa função memorial implica que “a propaganda pretende ter uma longa memória, não apenas para não esquecer nenhum nome do ‘martirólogo operário’, mas também para incutir o desprezo das novas gerações aos ‘assassinos’ burgueses e aos ‘renegados’ operários”⁵.

O exercício de recordar e elaborar uma tradição que guiasse a ação, num presente concebido como luta, implicou, assim, em certa seletividade – ainda que não na explicação de fundo – entre diferentes tipos de mortos-vítimas. Se todas as pessoas morriam por conta da desigual e autoritária organização social, era necessário selecionar aqueles casos mais destacados, nos quais a própria circunstância da sua morte conferisse traços particulares. A operária com seus filhos, o suicida sem alternativa, o doente terminal e o extenuado trabalhador anônimo davam a textura própria do sistema e de suas regularidades. Não obstante, sua condição de vítimas-pletas os fazia irrecuperáveis, permanecendo quase sempre no anonimato ou diluídos no relato geral dos anarquistas no momento de denunciar o capitalismo.

O critério geral, por parte dos anarquistas na Argentina, para recuperar certos mortos, no final do século XIX, foi sua vontade de luta contra a sujeição em vida. As causas da morte eram comuns com as do proletariado em seu conjunto, mas pelo simples fato do morto de ter sido um anarquista, era um sinal de que a vontade revolucionária merecia ser recuperada. Nas páginas da imprensa libertária eram anunciados continuamente os falecimentos de anarquistas. Esses pequenos textos comemorativos eram, ademais, uma incontornável fonte para recuperar, de al-



gum modo, a autopercepção que os ácratas tinham de si mesmos.

Por exemplo, o periódico *El Rebelde* anunciou assim a morte do anarquista José Consorti, acontecida em Florença, Itália: “Vítima dessa fatal ordem social, sucumbiu num miserável leito de hospital (...) minado pela tísica com que o atual ambiente domina a massa proletária. Recordemos a memória desse jovem companheiro”⁶. Similar é o anúncio da morte, no *El Perseguido*, de Luiz Albinola: “No dia 27 passado, deixou de existir, na oficina de reparos dos trabalhadores inutilizados pela exploração burguesa chamada Hospital de Clínicas da Capital, o companheiro argentino Luis Albinola, vítima da feroz doença da febre tifoide. Ainda que nosso companheiro contasse apenas com 18 anos, havia já provado todo o peso dessa maldita sociedade”. Com isso, o jornal convidava a acompanhá-lo na “última morada” e mandava os pêsames à “desconsolada família”. Em outras ocasiões, incluíam-se pequenos relatos do enterro. Por exemplo, Carlos Valpreda “pagou prematuramente seu tributo à mãe comum, a terra” depois de sofrer por muito tempo “uma penosa doença provocada pelo excesso de trabalho e escassez de alimentos. Compareceram ao enterro e pronunciaram sentidas palavras os militantes ácratas Telarico e Félix Basterra. Sobre a tumba foram depositadas três coroas de flores vermelhas com as inscrições ‘Os anarquistas de Buenos Aires’, ‘A imprensa anarquista’ e ‘Os anarquistas de Floresta’”⁷.

Situados nessa perspectiva na qual os anarquistas cuidavam de seus mortos, é importante frisar que, em termos das práticas funerárias libertárias de finais do século XIX, foi destacada uma importância plena aos símbolos que deviam acompanhar a despedida dos companheiros. Tudo era



Rigorosamente de negro...

disposto de forma sumamente organizada e não podiam faltar palavras de dor dos amigos, a colocação de coroas, o luto, a presença no cemitério e os pêsames aos parentes. Essas práticas que podiam não inovar em comparação com as formais mais tradicionais, diziam respeito à significação política que lhes eram conferidas.

Em determinadas ocasiões, os anarquistas pretendiam desafiar, com sua presença e com seus atos, a paz dos cemitérios. Em junho de 1893, morreu um dos principais redatores do jornal *El Perseguido*, talvez o meio de propaganda mais radical da história do anarquismo portenho, defensor da linha mais antiorganizadora, mais proponente da ação direta e, em seus próprios termos, o mais amoral e individualista. A ocasião implicou para o periódico uma perda notável, de acordo com o caráter ilustre do morto. Rafael Roca, segundo a elegia publicada em sua homenagem, foi militante em vários países, perseguido sempre pela polícia, querido até por seus inimigos, dono de uma oratória “que com sua palavra eletrizava quem o escutasse, convencendo a todos”, além de ser comedido em seus hábitos. Doente, primeiro, de gripe espanhola, depois, de febre tifoide, morreu “sob o golpe” de um ataque cerebral. Sua morte foi “uma perda para a propaganda de nossas ideais e todos perdemos um bom companheiro e um bom amigo”⁸. A crônica do enterro era detalhada e tinha características, como veremos, que seriam compartilhadas pelos muitos enterros da primeira metade do século XX.

Cerca de trezentos anarquistas, os mais íntimos, acompanharam os restos de Roca de sua casa mortuária ao cemitério da Chacarita. O féretro ia coberto com uma bandeira vermelha e negra, e ao longo do caminho os gritos de “Viva a Anarquia!” repetiam-se, enquanto a



fila dos seguidores aumentava. Ao chegarem, faltavam quatro minutos para as cinco, horário em que, segundo seu regulamento, o cemitério fechava. Os funcionários da Chacarita se negaram a enterrar o ataúde e ofereceram, em troca, guardá-lo em um depósito até o dia seguinte. A partir desse momento, o relato não é mais o de um funeral, mas se transforma na crônica de um enfrentamento: “Os companheiros não vacilaram um momento sequer. Tiraram o féretro do carro fúnebre e, sem parar por nada, foram todos ao lugar onde estavam abertas as sepulturas e, na primeira que encontraram, depositaram o caixão; e, não havendo com quem cobri-lo de terra, usaram as mãos e os pés, gritando: ‘Assim enterramos nossos companheiros quando a burguesia e a autoridade não nos permitem! Morra a autoridade, abaixo a burguesia!’ Em menos de cinco minutos, ficou enterrado”.

Enquanto isso, o administrador do cemitério, após pedir ajuda, apareceu com coveiros e peões armados com bastões e rastelos. Também foram fechadas as portas para que ninguém pudesse escapar, ainda que, com essa manobra, tenham prendido pessoas sem qualquer relação com esse acontecimento, que estavam presentes a outros enterros. Nenhum anarquista quis escapar. Pouco depois, chegou a polícia, que sem pretender deter a todos, contentou-se em levar três libertários que tinham à mão. Para evitar que o conflito aumentasse, o restante se absteve de querer liberar esses presos. Uma vez na sede do cemitério, os três detidos e o administrador da Chacarita tiveram o seguinte diálogo:

“*Administrador*: Como vocês se atrevem a armar um escândalo nesse lugar sagrado? Não sabem que essa terra não é de vocês?”



Rigorosamente de negro...

Um preso: Que bruto! Sabemos muito bem que essa terra é dos mortos.

Administrador (dirigindo-se ao chefe de polícia): Esses senhores enterraram um cadáver depois que a porta já estava fechada.

O mesmo preso: Mas é, mesmo, muito torpe! Um mentiroso! Por onde haveríamos de entrar com o cadáver se a porta estivesse fechada?”

Em seguida, os presos foram levados à delegacia 22 do bairro de Belgrano, onde ficaram detidos dois dias, após negarem-se a pagar fiança de noventa pesos. Depois de uma tentativa do administrador de violar a tumba, decidiram deixar Roca onde estava ao saberem que morreria de tifo. A conclusão da empreitada foi no dia seguinte: “Aquele que, em vida, foi nosso companheiro Roca, foi enterrado como merecia: a despeito de todas as autoridades que a isso se opunham, contra as quais dedicou sua vida. Acontecimentos como esse encorajam os propagandistas e extirpam das massas muitas preocupações engendradas por uma falaz educação”.

As manifestações sinistras: mártires, símbolos, ritos e mobilizações

Ao despontar do século XX, o anarquismo, após dirimir suas divergências internas – entre os que pregavam a ação sindical e coletiva e os que não eram partidários de nenhuma organização estável que excedesse os laços imediatos de afinidade de seus membros – tornou-se a força majoritária a organizar o movimento operário. Em paralelo, e em aberta competição com os socialistas já cons-



tituídos como Partido Socialista, os anarquistas foram elaborando e colocando em funcionamento um amplo repertório de práticas políticas e culturais com o propósito de dotar o nascente e cosmopolita movimento operário na Argentina de uma identidade especificamente libertária. Entre elas, as manifestações de rua ocuparam um lugar primordial. Os anarquistas se voltaram às ruas “com naturalidade”, numa Buenos Aires na qual existia, já há várias décadas, uma consolidada “cultura de mobilização” da qual participava amplos setores da sociedade. Nesse contexto, as manifestações anarquistas foram delimitando seus próprios contornos e singulares significações, exibindo altos graus de confronto e construindo uma cultura política que fez da utilização do espaço público um dos seus principais centros de gravitação. Ao mesmo tempo, em sintonia com as práticas de mobilização, os anarquistas se proveram de um denso conjunto de símbolos identitários: a bandeira vermelha – ou vermelha e negra –, hinos revolucionários, calendários próprios, estandartes, estilos de militância, linguagem de confronto e modalidades de ação.

Esse novo contexto – marcado por um notável aumento do conflito social que se expressou na quantidade de greves e de manifestações de rua – fez com que os anarquistas argentinos considerassem novas formas de morrer que, se já eram bem conhecidas na Europa – e que foram brindadas com profusas homenagens – não deixavam de impactar ao acontecerem localmente. Se a morte, como vimos, era percebida como um elemento regulador e distintivo do capitalismo, morrer em uma manifestação ou em uma greve, demandou elaborar certas respostas concretas. Não bastava somente denunciá-las na imprensa. Quando a tropa policial avançava sobre um grupo de ma-



Rigorosamente de negro...

nifestantes, ou contra um piquete de greve, deixando atrás de si mortos, o sistema desnudava de forma “pornográfica” sua própria essência. Nesses casos, a conhecida capacidade de mobilização libertária colocava-se a serviço da homenagem aos que tomaram e à denúncia do sistema. Por outro lado, assim como os mártires de Chicago ou os fuzilados da Comuna, aqueles que morriam em situações de violência como essas não o faziam na condição de vítimas anônimas, mas na de lutadores, campeões e heróis do proletariado. A explicação da morte, no fundo, era a mesma – a ferocidade do sistema homicida – mas os mortos requeriam um tratamento distinto tanto pela imprensa anarquista como no espaço público. Se, na última década do século XIX, a condição de morrer sendo anarquista era digna de ser homenageada, na primeira década do século XX, morrer lutando, em greves ou manifestações, era garantia de ingressar no “panteão” libertário.

A primeira vítima

Em outubro de 1901, em Rosário, Província de Santa Fé, mil operários da empresa açucareira Refinaria Argentina declararam greve, reclamando um discreto aumento salarial, o pagamento de horas extras e uma diminuição na jornada de trabalho. A comissão de greve foi à empresa para apresentar suas demandas. Do outro lado, o chefe de polícia da cidade, Grandoli, e seu ajudante, Maza, se ofereceram como mediadores. Ao chegarem para o encontro de mediação, o chefe de polícia prendeu a Ovidi, da comissão de operários, sob o pretexto de sua periculosidade, o que gerou rápida mobilização dos trabalhadores, exigindo sua libertação. No confronto que se seguiu, mor-



reu o operário austríaco ou polonês – as informações são divergentes quanto a isso – Cosme Budislavich, de trinta anos, que tentou tomar as rédeas da diligência policial que levava Ovidi. Tanto anarquistas quanto socialistas afirmaram que Budislavich não tinha uma atuação destacada no anarquismo rosarino, e tampouco tinha familiares no país. Essa morte, no entanto, teve uma repercussão considerável na imprensa anarquista de Buenos Aires, pois foi tida como a primeira morte desse tipo na história da luta entre capital e trabalho na Argentina. Para *La Protesta Humana*, tratou-se de um crime feroz “com a proteção da força e da impunidade com que a sociedade burguesa premia seus maiores assassinos”. Um assassinato que, por sua violência e perversidade, “inflama o sangue e produz loucas vertigens de extermínio”⁹.

Budislavich estava desarmado quando foi baleado na nuca, ao tentar escapar do comissário de polícia e seu assistente. Já o jornal *La Vanguardia*, porta-voz do Partido Socialista, enviou o destacado militante Adrián Patroni para informar sobre os acontecimentos de Rosário e publicou o seguinte obituário: “Cosme Budislavich: faleceu no dia 20 de outubro de 1901, assassinado covardemente pelos sequazes policiais de Rosário. *La Vanguardia* exige o castigo aos culpados e envia seus pêsames à classe trabalhadora do mundo inteiro”¹⁰.

Assim que correu a notícia do assassinato, uma comissão de operários foi ao Hospital de Caridade de Rosário para reclamar o corpo, com a intenção – não alcançada – de velá-lo e enterrá-lo. No dia seguinte, outra comissão, à qual se somaram mais de cem mulheres, tampouco conseguiu recuperar o cadáver. Enquanto isso, na Casa do Povo de Rosário, organizou-se uma “manifestação sinistra”



Rigorosamente de negro...

com o mesmo propósito, quando, por ordem do juiz, foi permitido retirar o cadáver de Budislavich para enterrá-lo numa sepultura que lhe foi reservada no cemitério da cidade. Rapidamente, os trabalhadores levaram – encabeçados por sessenta operárias que traziam uma bandeira vermelha com fitas negras – o corpo ao cemitério. No caminho, a manifestação de mais de mil e quinhentas pessoas ruidosamente protestou em frente ao Palácio de Justiça. Durante o trajeto, a coluna sofreu o assédio do corpo de guarda da prisão; no entanto, “os operários estreitaram filas e avançaram de modo surpreendente, comovedor”. Ao chegarem à porta do cemitério, os trabalhadores não puderam levar adiante seu ato por pressão da polícia.

Além da procissão fúnebre, que teve cores de desafio às autoridades, os operários de Rosário organizaram para o dia seguinte uma manifestação de protesto e conclamaram uma greve geral. Tal manifestação foi, aos olhos do socialista Adrián Patroni, “A procissão mais imponente que presenciei na vida. Sinceramente, foi uma agradável surpresa. Jamais poderia imaginar nada análogo, mesmo tendo em conta que nas diversas manifestações operárias dessa cidade, a nota especial tenham sido os gritos, vivas e cantos”. Após afirmar que tais características foram consequência da organização promovida pelo Centro Socialista Rosarino e a sua própria presença, Patroni continuou: “imaginem, nossos leitores, uma multidão composta por dez mil trabalhadores percorrer o trajeto de meia légua pelas ruas centrais, sem bandas de música, marchando silenciosos, sem que se ouvisse um só grito, impressionando tão favoravelmente que o alto comércio, membros do foro, numa palavra, tudo de mais culto de Rosário viu-se ante um desfile tão impressionante”¹¹.



Ainda sobre a importância do acontecimento, Gregorio Inglán Lafarga, diretor de *La Protesta Humana*, elevou Cosme Budislavich à categoria de mártir e “morto necessário” da causa: “necessitava esse belo movimento, que vem orientar as massas produtivas desse país, ser regado com o sangue dos mártires para produzir-se vigoroso e fecundo, como toda generosa aspiração do povo foi regada com sangue sob a dominação de todas as tiranias (...). Os ocorridos não são mais que incidentes preliminares da grande luta pela emancipação operária que se avizinha”¹². A conversão de Budislavich em mártir, assim como os casos que veremos, provocou no discurso anarquista certos deslocamentos e readaptações. Em geral, como destaca Rafael Núñez Florencio para o caso espanhol, a ideia de mártir estava fortemente associada aos anarquistas que se voltaram ao terrorismo e à propaganda pela ação, que tinham plena consciência de sua vontade sacrificial: “oferecem em sacrifício suas vidas em prol de ideais que pretendem servir, em prol de companheiros que pretendem vingar, ajudar ou animar, e na esperança de uma futura sociedade melhor que, com seus atos, pretendem ajudar a conseguir”¹³.

Na Argentina, onde a prática do terrorismo, ainda que reivindicada por muitos grupos, não foi levada adiante senão anos mais tarde, a conversão do morto em mártir devia acontecer de outra forma e dotar todo tipo de luta – participar de uma greve, de uma marcha ou um ato – uma intensidade similar à do atentado. O que diferenciava o anarquista morto de outras vítimas do sistema era sua vontade de luta, que não prescrevia uma só forma para realizar-se. O lembrar de sua figura, sua estilização no recordar e sua inclusão na família dos mártires fun-



Rigorosamente de negro...

cionava, então, de maneira automática sobre esse sentido inicial, que colocava os anarquistas em uma posição distinta diante da morte. Essa primeira morte apresentou alguns traços típicos que se enquadravam nas respostas que os anarquistas deram, no contexto do conflito social, ao assassinato de trabalhadores e militantes. A chamada “manifestação sinistra”, entendida como acontecimento fúnebre, mas também de protesto, foi o lugar designado às mulheres, à exibição de símbolos, ao desenvolvimento da solidariedade para com o morto e sua colocação no nível dos mártires da Ideia. Situações como essas possibilitavam certas resignificações e combinações de forte impacto simbólico. Tal era o caso, por exemplo, do caixão com a bandeira e sua exibição no espaço público. Juan Suriano chama a atenção para a significação desse aspecto, já que o féretro embandeirado passava a ocupar um lugar central no cortejo fúnebre, transformando o luto numa expressão pública – e de rua – que desafiava as autoridades ao “exibir seus mortos como uma bandeira de combate e luta, enquanto demonstrava a indignação pelo assassinato do camarada caído”¹⁴.

É preciso mencionar, no entanto, que nem todos os anarquistas estiveram plenamente de acordo com a solemnidade e o respeito destacados por Adrián Patroni como virtudes. Por exemplo, quando da manifestação que aconteceu em Buenos Aires para protestar contra a morte de Budislavich, o propagandista libertário Félix Basterra publicou um texto intitulado “Contra los paseos, la acción”. Nele, Basterra diminuía a importância das manifestações, como meio de propaganda, em ocasiões como essas: “motivados pelo assassinato do pobre companheiro Budislavich, todos acreditaram que, por ter dado um passeiozinho



numa tarde acinzentada e de aspecto sério, contribuíram para o protesto vingador... Francamente é de dar pena que, em uma hora prefixada, os trabalhadores se vistam com cara de funeral marchando com a eloquência triste do silêncio”¹⁵. Afirmava-se, com as palavras de Basterra, que se demandava algo mais do movimento anarquista do que simples demonstrações de rua como forma de homenagear os mortos: algo que somente se poderia obter com um redobramento da ação.

1º de maio de 1904

No imaginário comemorativo libertário, o 1º de maio significou tanto uma homenagem aos mártires como um desafio às autoridades e um modo de apropriar-se das ruas da cidade. Desde 1890, anarquistas e socialistas construíram uma tradição em torno da data com regularidade, atribuindo em cada caso significados distintos. Se, para os socialistas, significou a data ideal para expandir suas forças de forma ordenada e com algum traço de festividade, para os anarquistas, o 1º de maio implicou, de forma unânime, um dia de luto, combate e memória de todas as vítimas da opressão. Em ambos os casos, se observavam, pontualmente, as formas de organização, fossem a dos percursos das manifestações, do programa das atividades ou da escolha dos oradores. A diferença nos modos de afrontar e interpretar o 1º de maio repercutiu no modo pelo qual as autoridades responderam a cada caso.

Durante a manifestação do 1º de maio de 1904, segundo informou *La Protesta*, “esse dia de grande expansão coletiva” se desenrolava em total calma, em meio a “vivas”, “cânticos” e “músicas”. O clima, um sol radiante e



Rigorosamente de negro...

uma temperatura agradável, acompanhavam a demonstração no seu percurso. Desde a Plaza Lorea foram desfraldadas bandeiras, no trajeto saudaram a sede de *La Protesta* e, ao chegar à Plaza Mazzini, bem no centro da cidade, os oradores tomaram posição na tribuna. De imediato: “soou o primeiro disparo, e logo depois, uma saraivada de balas; os revólveres em seu desesperado vomitar de balas, pérfido e assassino, com implacável sanha, com fúria incontível, produzindo a dispersão precipitada, o tumulto dos que, decididos a morrer, queriam vender caro suas vidas; o levantar de mulheres lançadas ao chão, com suas roupas em trapos, o refugiar-se de homens sem armas que se protegiam atrás de árvores, de bancos de praça e das plantas”¹⁶.

Logo os grupos se dispersaram entre os golpes de sabre e os disparos da polícia. Ainda não havia terminado as agressões, quando um grupo de manifestantes se reuniu em torno dos feridos e dos mortos. O corpo de um deles, José Ocampo, tornou-se objeto de disputa com a polícia, quando um grupo de anarquistas levou-o, nos ombros, ao escritório de *La Protesta*, onde o acomodou numa escada, à guisa de maca: “Desse modo, e envolto na bandeira com que, momentos antes, se saudava a coluna, o cadáver foi transportado até a rua Reconquista e, logo depois, pelas avenidas Entre Ríos e pela Chile, nas quais os transeuntes tiravam o chapéu ao passar do grupo. Em vão, a polícia tentou duas ou três vezes deter a fúnebre marcha da procissão”.

Ao chegar à sede da Federação Operária Regional Argentina (FORA), a principal do país, conduzida pelos anarquistas, alguns militantes na sacada falaram “com a energia e a indignação que merecem os atos de tal selvageria”. Logo após, o corpo de Ocampo foi levado para dentro da sede. Em poucos minutos, a polícia e uma bar-



ricada de bombeiros se concentraram às portas do edifício, provocando nova debandada que deixou, tanto o morto quanto o prédio, aos cuidados de “um indefeso homem”. Diante de tão frágil resistência, o local foi invadido e o corpo de Ocampo sequestrado e enterrado numa fossa comum no cemitério da Chacarita. Segundo informou *La Protesta* de 4 de maio, “depois de servir de pasto às pesquisas dos estudantes de medicina, convertido em dejetos de hospital, os despojos do operário Ocampo, a trágica vítima dos assassinatos policiais (...), foram parar na fossa comum em um canto pútrido da Chacarita”¹⁷. Alguns anarquistas inquiriram as autoridades do cemitério sobre o lugar onde descansavam os restos e decidiram comprar uma sepultura, que foi paga com doações.

Em sinal de luto, a Federação Operária, anarquista, e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), socialista, deixaram suas bandeiras a meio mastro, colocando-lhes uma fita negra nas lanças das hastes. Os escudos dos demais centros operários foram, também, marcados pelo luto, e até mesmo o Centro Socialista baixou sua bandeira em sinal de protesto. As mulheres, uma vez mais, foram destacadas como ativas participantes das homenagens: “é digna de menção a conduta das companheiras de Villa Crespo, que não perderam a compostura durante o tiroteio, e que acompanharam até a Federação a coluna que conduzia o cadáver de Ocampo, tomando, nela, a posição dianteira”. Por último, se reprovou a conduta dos socialistas que mantiveram suas atividades apesar do ocorrido: “o que é de se estranhar, no entanto, é que os diferentes bailes e festas que figuravam no programa socialista para o domingo tenham sido realizados, apesar de tudo, apesar



Rigorosamente de negro...

do descomunal e doloroso drama (será que não sabiam?) que afligia a família operária”.

No caso de José Ocampo, diferentemente do que aconteceu em outras situações, os anarquistas se encarregaram explicitamente de dar um verniz heroico. Em princípio, no contexto no qual os imigrantes anarquistas podiam ser expulsos do país pela Lei de Residência, Ocampo, oriundo da região do Chaco, era argentino e, portanto, expressão do grau de penetração das ideias anarquistas no país: “não era um gringo (...) Ocampo, a vítima imolada pelas ferozes hordas policiais era argentino, nascido em Chaco Austral, tinha entre 22 e 24 anos e era fogueista no porto da cidade”¹⁸.

Ademais, Ocampo “caiu como um herói”. Com “voo de águia” tinha vindo a Buenos Aires, cidade de “abutres” e “hienas”, para conquistar seu pão. Foi um “férreo centauro dos pampas” que viveu e sofreu como seus irmãos trabalhadores. Tinha “cabeleira de centauro” e “semblante altaneiro”, as livres brisas dos pampas tinham “purificado sua carne de bronze”, “tonificado seus músculos”. Possuía “luz”, “amor” e uma “indomável audácia”. Desse modo, o trabalhador assassinado adquiriu estatura mitológica e ingressou, plenamente, no panteão libertário na qualidade de mártir. Ocampo, “que caiu como um leão de forte e poderosa garra, sorri possivelmente na lápide onde vão despedaçar seu corpo; sorri como sabem fazer os heróis, invencíveis heróis para os quais nem o número nem a traição conseguem acovardar”¹⁹. Ocampo, até então um anônimo operário, migrou por obra e graça da propaganda anarquista à posição de “herói da Ideia”.



A greve dos inquilinos

Em 1907, os inquilinos em Buenos Aires entraram em greve, protestando pelo aumento dos aluguéis e pelas condições em que se encontravam. A greve, conhecida como “a greve dos inquilinos”, se prolongou, com picos de intensidade, ao longo de todo ano e envolveu a maior parte dos cortiços da cidade. Sobre as especificidades da greve, é preciso destacar que, além do fato notável e inédito de que, coordenadamente, parte dos moradores de cortiços portenhos tenham se negado a pagar os aluguéis, exigindo seu rebaixamento, os anarquistas tomaram como sua a luta, participando ativamente das ações, informando diariamente sobre a propagação e dinâmica dos acontecimentos e enfatizando a dimensão revolucionária da greve. Outro detalhe interessante da greve dos inquilinos foi a ativa participação das mulheres, não apenas como um elemento associado ao devir do movimento, mas também como enérgicas ativistas. Nesse contexto, na porta de um cortiço na Avenida San Juan, foi realizada uma manifestação de vizinhos para evitar o despejo de uma família. A polícia, que devia levar adiante o despejo, investiu contra os manifestantes, resultando morto o transeunte Miguel Pepe.

Nos dias seguintes, *La Protesta*, com antes em outros casos, deu significado à parábola mortal de Miguel Pepe em termos de martirologio proletário. Sua morte haveria de ser fecunda e o nome de Miguel Pepe ficou associado, em sua face pública e política, à fila de sacrificados pela emancipação: “o povo sabe que em todas as cruzadas redentoras, seu sangue correu generoso porque ele é como semente que há de dar frutos fecundos de rebelião ao mundo”²⁰.



Rigorosamente de negro...

Ainda que a interpretação e a perspectiva sobre a morte fossem similares a outros casos, a natureza nova desse assassinato era, basicamente, a mesma que a da greve que, ao desvincular a questão social da estritamente laboral, descentralizava, também, a geografia possível dos conflitos e enfrentamentos contra a ordem estabelecida. O derramamento de sangue, no entanto, não foi o habitual: “não bastava o sangue derramado nas ruas e praças da capital, não bastavam as prisões em massa de bons e honrados trabalhadores que não tinham cometido delito algum que não fosse o de amar intensamente a causa da liberdade, a causa dos oprimidos”. Novamente se tratava de uma confirmação da sensibilidade anarquista que destacava constantemente a ubiquidade da morte.

O impacto do assassinato de Miguel Pepe repercutiu, também, no tamanho da manifestação que acompanhou o cortejo fúnebre desde San Telmo até a Chacarita. Eduardo Gilimón, um dos principais propagandistas libertários da época, recordou em seu livro de memórias que, além do caráter político, “o enterro de Miguel Pepe, colossal, extraordinário, convertido em grandiosa manifestação de protesto foi, pode-se dizer, o último ato da greve dos inquilinos, que durou quase três meses”²¹.

Também o jornal *La Protesta* narrou em detalhes “o grandioso espetáculo” do enterro: “as ruas por onde deveria passar o fúnebre cortejo estavam repletas de uma multidão que esperava o momento de se incorporar à coluna”²². O enterro político nesse caso não foi incompatível com uma cerimônia mais íntima sobre a qual *La Protesta* não deu maiores informações: “antes das oito da manhã e depois de realizada a sempre triste cerimônia final, habitual nesses casos, colocou-se em marcha o carro fúnebre



puxado por quatro cavalos, repleto de coras enviadas por amigos do defunto e dos representantes dos cortiços em greve”. Esse interessante ponto permite inferir certa descontinuidade entre o enterro popular – “a triste cerimônia final habitual” – e o ato político em que se transformara o enterro a partir da atuação anarquista.

Continuando o relato, *La Protesta* informou que o ataúde foi levado por companheiros que se revezavam a cada quarteirão, tamanha era a vontade generalizada de homenagear Miguel Pepe: “todos queriam oferecer esse último tributo e modesta homenagem à vítima do chumbo liberticida”. Calculou-se em cinco mil os presentes ao enterro, entre os quais se contavam não menos que setecentas mulheres: “mulheres que compareceram espontaneamente, deixando seus afazeres diários, como protesto pelo bárbaro ato policial”. Seguindo a compungida coluna, sempre em aberta tensão, ia o esquadrão de segurança, com seus “briosos corcéis dispostos a entrar em combate na primeira oportunidade que aparecesse”. O clima geral por parte dos presentes era, ainda que hirto, de profundo respeito: “Oh! Aquele silêncio sepulcral que enchia o ambiente ao passar a fúnebre comitiva nos parecia anunciar explosões de indignação que não tardariam!”, o que não impediu o cronista de destacar o “estupor” com que a burguesia, “inquieta, lançava olhares furtivos por entre as grades das casas”. O fundamental nesse tipo de demonstração, algo que especialmente obcecava os anarquistas era evidenciar que, diferente de outras formas de manifestação nas quais se podia admitir palavrões, gritos e algazarra, nas manifestações fúnebres a compostura deveria primar sobre qualquer outro tipo de expressão: “Assim, em completa ordem, sem que ninguém a impusesse, sem comis-



Rigorosamente de negro...

são de coluna nem chefes de seção, os amigos da desordem chegaram até o cruzamento entre [as avenidas] Corrientes e Callao”.

A cidade devia prostrar-se diante da solenidade do cortejo e acompanhá-lo em sua solenidade. Todavia, ao chegar à Chacarita, “a mansão da morte e do silêncio”, onde o olhar do público em geral era menos numeroso, teve lugar expressões de protesto: “o sino não soou sua lamuriosa voz, o bronze não deu seus lamentos de protesto”. Em contraposição, “ressou, forte e grande, tomando tudo, o *Hino do Povo*, entoado por aqueles peitos varonis, fazendo, por fim, uma explosão da indignação de que estavam prenhes todos os corações”. Por seu turno, sinfonicamente, “os poderosos vivas à Anarquia foram bramidos por argentinas vozes femininas, que eram toda uma promessa para o futuro”. Novamente o povo sentia a angústia e a raiva – e seus inimigos, o terror. O pároco da capela do cemitério, simbolizando outro dos inimigos dos anarquistas, “empunhou uma cruz que estava pendurada em sua batina, pretendendo, com esse símbolo de regressão e obscurantismo, deter a passagem das novas ideias, que numa torrente avassaladora, ameaçavam colocar um fim no passado de exploração e infâmias”.

Junto à torrente de ideias que veio com o cortejo, a morte de Miguel Pepe, em outro momento da liturgia fúnebre, foi uma vez mais conjurada por uma torrente de discursos. Depositado o caixão, diante da presença sempre hostil dos “cossacos” – a força policial –, militantes tomaram a palavra. A narrativa desse momento é interessante porque, de modo distinto a outras crônicas, essa recuperou as tonalidades dos discursos. O primeiro a falar foi Carlos Balsán, que “com voz forte e varonil” maldisse



o capitalismo e dirigiu-se às mulheres mostrando como eram exploradas nas fábricas, nas oficinas e nos “imundos cortiços”. Balsán indicou-lhes, além disso, frisando o caráter doméstico do trabalho feminino, a necessidade de que educasse os filhos de modo que não pudessem, no futuro, ser instrumentos da burguesia. Por fim, destacou que à violência vinda de cima só era possível se opor com outra violência, no caso, a dos trabalhadores.

Em tom similar, falou Antonio López, que com “a sinceridade que o caracteriza, versou sobre a necessidade da força para que os operários se fizessem respeitar”. Carlos Casares, o terceiro a falar, explicou que a morte de Pepe devia-se à desigualdade social.

Então, emocionado e debutando como orador, Tito Flopa argumentou que “nossos mortos” não deviam ser chorados como hipocritamente choram os burgueses, mas sim, deveriam ser vingados. O último a se manifestar foi Serafin Romero que, “de expressão fácil, comoveu intensamente” enumerando as dores do proletariado e, uma vez mais, conclamando à ação direta.

Outra vez, agora com a morte de Pepe, ativou-se mecanismos de solidariedade por parte do movimento anarquista. *La Protesta* contou que numerosos trabalhadores deixaram seus lugares de trabalho em sinal de protesto. Já Juana Rouco Buela, em suas memórias, registrou que, de modo nada estranho, a FORA – explicitamente anarquista nesse ano de 1907 – encarregou-se dos custos do velório e da placa colocada na tumba do assassinado, cujo texto dizia: “Vítima da greve dos inquilinos, assassinado pela polícia”. Rouco Buela, talvez ajustando-se aos requerimentos literários desses gêneros de narrativa, recordou,



Rigorosamente de negro...

também, que a manifestação no enterro de Pepe foi interrompida várias vezes devido a enfrentamentos com a polícia e que, ela mesma, foi oradora diante da cova.²³ A referência da autora destaca, entre outras coisas, a importância que tiveram, em suas memórias, a participação feminina nos funerais de operários. Dias mais tarde, no 27 de outubro, aconteceu em Buenos Aires uma manifestação de apoio à greve dos inquilinos na Plaza Lorea na qual compareceram quarenta mil pessoas.

Considerações finais

É importante saber que na cidade de Buenos Aires, na passagem do século XIX para o século XX, os anarquistas não foram os únicos a ocupar as ruas para comemorar a morte. Os estudos de Sandra Gayol sobre a morte dos “grandes homens”, ex-presidentes, figuras destacadas do panorama político e cultural na Argentina, que marcaram os primeiros anos do século XX, permitem comparar diferentes formas de ritualização política na Argentina desses anos. Esses funerais de Estado, vividos como grandes acontecimentos públicos, tiveram uma importância política e ideológica notáveis na sua época e trouxeram consigo “um esforço de construção simbólica que, liderado pelo próprio Estado, visou transmitir unidade e identificação nacional através dos restos mortais do ‘grande homem’”²⁴.

Muitos dos elementos dos rituais republicanos colocados em jogo durante os enterros de figuras como os ex-presidentes Julio Argentino Roca, Manuel Quintana ou Miguel Juárez Celman, assemelham-se, em parte, aos utilizados pelos anarquistas. Entre outros, a conversão do corpo em veículo político, a bandeira a meio pau, a



centralidade do ataúde no ato, o deslocamento do cortejo fúnebre pela cidade até o cemitério, a presença de multidões. Não obstante, a significação e a apropriação dos ritos e símbolos funerários adquiriu um sentido diametralmente oposto no caso dos libertários. Enquanto para os representantes do Estado, na sua qualidade de mortos ilustres, sua reintegração ao mundo dos vivos foi realizada de modo a operar como elemento aglutinante e atribuidor de sentido à sociedade em seu conjunto, para os anarquistas, a morte proletária significou uma ruptura primordial. Morrer, da forma que fosse, era uma razão a mais para ativar o protesto e o enfrentamento.

O contraste entre ambas as sensibilidades foi percebido pelos anarquistas quando da morte e do enterro do 'glorioso' presidente Quintada, em 12 de março de 1906. A propósito do luto declarado pelo Estado como forma de socializar o pêsame pelo falecimento do presidente da nação, o periódico anarquista sublinhou a falsidade e a artificialidade da dor: "a pretendida dor pública de ontem deu vazão a múltiplas declarações de pseudopesar, declaratórias elegias postas em verso premeditadamente, sem um ataque de sincera inspiração, sem sombra de equanimidade, mesmo que fosse conservadora. Pasmados estamos de espanto – dizíamos ontem – mas nos assombra, às vezes, como se pode colocar sobre o inanimado peito de um homem mau – sim, mau – e desprovido de sã dignidade, o grotesco ornamento da torpe veemência exagerada, as homenagens pálidas de uma forçada laudatória póstuma. (...) O que devia, então, o povo de Buenos Aires a esse filho morto quando alcançou a meta de sua ambição, mas uma ambição ignominiosa? Como poderia o povo ser tomado por um luto que não lhe diz respeito? Quintana é con-



Rigorosamente de negro...

duzido ao sepulcro, sem cortejo de dimensões populares. Naturalmente, o povo que foi sacrificado pela férula desse oligarca republicano não lhe deve nenhuma gratidão; é um povo ultrajado que, na humanidade de seu rancor, não quer acompanhá-lo porque o despreza até na morte. O povo não ama no vazio, não ama inconscientemente, não ama sobre a inércia das aberrações. (...) O povo não adora os tiranos. A queda na morte dos representantes da tirania, se não é benefício para o povo, permite, ao menos, que se tenha a oportunidade de vinganças indiretas”²⁵.

A morte dos governantes, mesmo que por causas naturais, era um ato de justiça, num sentido inverso ao que se passava com a morte dos anarquistas e do povo – que eram sempre necessariamente injustas. As únicas demonstrações de dor genuínas somente podiam acontecer diante das vítimas do capitalismo, do qual Quintana era um representante cabal. Em suma, é possível afirmar que os anarquistas construíram paulatinamente um sentido coletivo à morte e ao enterro dos trabalhadores. Como argumentam Mirta Lobato e Silvana Palermo, nesses casos “as cerimônias fúnebres abandonavam seus tons íntimos, privados e familiares, para se transformarem num evento cidadão. Nesses casos, a dor da pessoa se expressava num ritual público e as formas de luto articulavam uma mensagem política”²⁶.

Para os anarquistas, ativos participantes e atores dos funerais proletários, esses momentos eram tanto a confirmação do seu fatalismo como interpretação global do capitalismo, como ocasião para manifestar-se abertamente contra o sistema. Como se viu na primeira parte desse ensaio, a morte atravessava as relações sociais e subsumia de forma massiva a existência proletária, mas ainda que todos morressem pela mesma causa, não necessariamente as situações



requeririam um mesmo conjunto de respostas simbólicas e políticas. A articulação dessas respostas em eventos públicos permitiu aos anarquistas forjar uma imagem própria de desafio singular à ordem estabelecida, enquanto dotava sua propaganda de uma função memorial por meio da recuperação da morte de seus companheiros vítimas do sistema. Os nomes que constantemente eram incorporados por sua imprensa, às vezes com pequenas referências ao morto, dão conta dessa vocação para não esquecer-los. Esta recuperação, ademais, se inscrevia e adquiria sentido dentro de um discurso e de práticas que colocavam no âmago da ação libertária a comemoração das grandes datas fúnebres do calendário proletário internacional, como o 1º de maio.

Tradução do espanhol por Thiago Rodrigues

Notas

¹ “El entierro de Almada” in *La Protesta*. Buenos Aires, 27 de janeiro de 1909.

² Eduardo Gilimón. “Esteban Almada” in *La Protesta*. Buenos Aires, 26 de janeiro de 1909.

³ Daniel Colson. *Pequeño léxico filosófico del anarquismo. De Proudhon a Deleuze*. Buenos Aires, Editorial Nueva Visión, 2003, pp. 162-163.

⁴ “El suicidio” in *La Protesta Humana*. Buenos Aires, 17 de novembro de 1901.

⁵ Marc Angenot. “La propaganda socialista. Elementos de retórica y propaganda” in *Interdiscursividades. De hegemonías y disidencias*. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 2010, pp. 170-173.

⁶ “José Consorti” in *El Rebelde*. 12 de fevereiro de 1899.

⁷ “Carlos Valpreda” in *El Rebelde*. Buenos Aires, 7 de novembro de 1900.



Rigorosamente de negro...

- ⁸ “Rafael Roca” in *El Perseguido*. Buenos Aires, 16 de junho de 1893.
- ⁹ “Los sucesos de Rosario” in *La Protesta Humana*. Buenos Aires, 26 de outubro de 1901.
- ¹⁰ “Cosme Budislavich” in *La Vanguardia*. Buenos Aires, 26 de outubro de 1901.
- ¹¹ Adrián Patroni. “Los sucesos del Rosario” in *La Vanguardia*. Buenos Aires, 2 de novembro de 1901.
- ¹² Gregorrio Inglán Lafarga. “La primera víctima” in *La Protesta Humana*. Buenos Aires, 26 de outubro de 1901.
- ¹³ Rafael Núñez Florencio. *El terrorismo anarquista. 1888-1909*. Madrid, Editorial Siglo XXI, 1983, p. 128.
- ¹⁴ Juan Suriano. *Anarquistas. Cultura y política en Buenos Aires 1890-1910*. Buenos Aires, Manantial, 2001, p. 309.
- ¹⁵ Félix Basterra. “Contra los paseos, la acción” in *La Protesta Humana*. Buenos Aires, 26 de outubro de 1901.
- ¹⁶ “El pueblo asesinado” in *La Protesta*. Buenos Aires, 3 de maio de 1904.
- ¹⁷ “El pueblo asesinado. Cuadro de sangre” in *La Protesta*. Buenos Aires, 4 de maio de 1905.
- ¹⁸ “José Ocampo” in *La Protesta*. Buenos Aires, 3 maio de 1904.
- ¹⁹ “Los sucesos de ayer” in *La Protesta*. Buenos Aires, 3 de maio de 1904.
- ²⁰ “La gran huelga” in *La Protesta*. Buenos Aires, 24 de outubro de 1907.
- ²¹ Eduardo Gilimón. *Un anarquista en Buenos Aires (1890-1910)*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1971, p. 86.
- ²² “El entierro de ayer. Grandioso espectáculo en el cementerio” in *La Protesta*. Buenos Aires, 25 de outubro de 1907.
- ²³ Juana Rouco Buela. *Historia de un ideal vivido por una mujer*. Buenos Aires, sem dados de edição, 1964, p. 17.
- ²⁴ Sandra Gayol. “Los despojos sagrados: funerales de estado, muerte y política en la Argentina del Centenario” in M.I. Tato e M. Castro (orgs.). *Del Centenario al peronismo. Dimensiones de la vida política argentina*. Buenos Aires, Editorial Imago Mundi, 2010.



²⁵ “Lápida” in *La Protesta Humana*. Buenos Aires, 15 de março de 1906.

²⁶ Mirta Lobato e Silvana Palermo. “Del trabajo a las calles: dignidad, respeto y derechos para los y las trabajadoras” in Mirta Lobato (ed.). *Buenos Aires. Manifestaciones, fiestas y rituales en el siglo XX*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2011, p. 66.

Resumo

O artigo pretende analisar como os anarquistas argentinos pensaram a questão da morte e que modalidade de práticas eles desenvolveram para lidar com ela entre as décadas de 1890 e 1910. Por meio de acontecimentos históricos do período, o artigo apresenta como o movimento anarquista argentino transformou enterros, manifestações de luto nas ruas e velórios em atos políticos durante as primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: anarquismo argentino, morte, política.

Abstract

The article aims to analyze how the Argentinean Anarchists used to think about death and which kind of practices they developed to deal with it between the 1890's and the 1910's. By mentioning real facts, it will expose how the Anarchist movement converted burials, street demonstrations of greave and funeral services in political acts during the first two decades of the 20th century.

Keywords: Argentinean Anarchism, death, politics.

Recebido em 27 de julho de 2012. Confirmado para publicação em 12 de setembro de 2012.



ecopolítica

Projeto temático FAPESP

*Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*

visite:

<http://www.pucsp.br/ecopolitica/>
<http://revistas.pucsp.br/ecopolitica/>

